



A CONDIÇÃO DA MULHER EM O QUE A GENTE NÃO DISSE, DE LYA LUFT

SILVA, Luís Cláudio Ferreira, PG, UEM, luismaringa@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Estereotipada durante séculos como alguém dotado de menor capacidade mental que o homem, a mulher sempre foi – e ainda o é - relacionada à imagem de pessoa indefesa que deve ser protegida pela figura masculina. Seu “reino” sempre foi o lar, e sua função na sociedade era se casar e dar a luz a um homem para que o império patriarcal perdurasse. Essa imagem evidentemente foi cristalizada na sociedade e foi repassada a todos os seus setores. Na arte, sobretudo na literatura, vê-se, na maioria das vezes, a mulher sendo representada como frágil e inferior. Contudo, a mulher, após as reivindicações do movimento feminista, alcançou inúmeras vitórias. Atualmente, a mulher pode se separar, votar, ser mãe solteira, divorciar-se, casar novamente e ter condições de trabalho e de salário, senão iguais às do homem, ao menos mais dignas. Contudo, a mulher ainda está longe de viver longe dessa dominação, e hoje ela é mantida veladamente na reprodução de certos estereótipos. Na literatura, essas imagens também tendem a se repetir. Aos homens eram dedicadas as principais personagens, as discussões, aventuras e reflexões. A mulher é sempre vista como a megera, a traidora ou aquela que deve ser subserviente ao marido. Neste trabalho, verificaremos, analisando uma narrativa da escritora brasileira Lya Luft, se essas representações continuam como máximas ou se, mostrando tal situação, pode-se disso servir para uma denúncia de uma ordem considerada natural pela nossa sociedade.

A TEORIA CRÍTICA FEMINISTA

Lucia Zolin discute a respeito do estereótipo feminino nas obras literárias. Segundo ela, nas narrativas de autores masculinos tudo tem uma perspectiva e um direcionamento totalmente masculinos, como se todos os seus leitores também o fossem. Logo, as personagens femininas ficam deixadas em um segundo plano, seguindo paradigmas de estereótipos e papéis.

[...] as críticas feministas mostram como é recorrente o fato de as obras literárias canônicas representarem a mulher a partir de repetições de estereótipos culturais, como, por exemplo, o da mulher sedutora, perigosa e imoral, o da mulher como megera, o da mulher indefesa e incapaz, e entre outros, o da mulher como anjo capaz de se sacrificar pelos que a cercam. (ZOLIN in BONICCI & ZOLIN, 2004, p. 170).



De fato, a questão feminista passou a ter uma voz - talvez “rouca”, no entanto uma voz - nos últimos dois séculos. Vem em busca do direito de igualdade de remuneração salarial, direto a voto, entre outros. Alguns autores discutem tais pontos. Zolin, a propósito da posição de déspota do homem em relação à mulher na sociedade familiar, discute:

O fato de o poder absoluto não ser aceito no estado político, por ser um método impróprio para governar seres racionais e livres, mas existir na família. Do mesmo modo que questiona o fato de todos os homens nascerem livres e todas as mulheres nascerem escravas (ZOLIN in BONICCI & ZOLIN, 2004, p. 163 e 164).

Ou seja, se na sociedade o poder absoluto não é aceito, ao menos não conscientemente, mas é fatalmente aceito nas relações familiares, onde se tem tal poder absoluto do homem sobre a mulher. Porém, na segunda metade do século XIX o feminismo político começou a se organizar como movimento, mais especificamente na Inglaterra e nos Estados Unidos. Através de documentos e petições, esse movimento foi em busca da igualdade legislativa, ou seja, do voto, já que o mesmo significava a maior bandeira feminista, pois, a partir dele, outros objetivos poderiam ser alcançados. Contudo, foi exatamente nesta época que, na Inglaterra, durante a Era Vitoriana, a mulher foi majoritariamente discriminada, como se vê nas palavras de Zolin:

A mulher que tentasse usar seu intelecto, ao invés de explorar sua delicadeza, compreensão, submissão, afeição ao lar, inocência e ausência de ambição, estaria violando a ordem natural das coisas, bem como a tradição religiosa [...] a condição de subjugada da mulher deve ser tomada como sendo de vontade divina (ZOLIN in BONICCI & ZOLIN, p. 164).

Vê-se que se utilizou ao longo da história, e porque não dizer, utiliza-se até os dias de hoje, vários meios para manter a mulher como submissa, e um dos mais fortes é a tradição religiosa, que “obriga” a mulher a manter-se como subjugada em relação ao sexo masculino dominante. Segundo Pierre Bourdieu, o estado e o clero seriam os responsáveis pela perpetuação desses valores, como ele diz em seu livro *A Dominação Masculina* (2005):

Teríamos que levar em consideração o papel do estado, que veio ratificar e reforçar as prescrições e proscições do patriarcado privado [...] Sem falar no caso extremo dos estados paternalistas, realizações acabadas da visão ultraconservadora que faz da família patriarcal o princípio e o modelo da ordem social como moral, fundamentada na preeminência absoluta dos homens em relação às mulheres [...] (BOURDIEU, 2005, p. 105).

A perpetuação de todos esses valores foi feita por meio de fortes estruturas, que, por conta de seus próprios interesses, fixaram a mulher como submissa e inferior. Tanto a sociedade quanto a Igreja, fixavam suas justificativas em um ponto principal: família.



Segundo o autor, essas instituições pregavam a “pureza” feminina em prol da constituição da família. Uma mulher revolucionária, que fugisse aos padrões, tanto de esposa fiel quanto na utilização de trajes mais ousados atingiria a moral e os bons costumes, não sendo apta, assim, a constituir família.

É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão [...] Quanto à Igreja, marcada pelo antifeminismo profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajes, e a reproduzir, do alto de sua sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres (BOURDIEU, 2005, p. 103).

Em outras palavras, perpetuando a família baseada na religião, perpetuava-se, então, a submissão feminina. Inclusive criam-se mitos. Vê-se o exemplo da gênese bíblica judaico/cristã que conta o nascimento de Eva, a primeira mulher, a partir de uma parte da costela de Adão, seu homem. Ela não foi criada juntamente com Adão, foi moldada a partir de uma parte do seu corpo. Deus não a criou por sua vontade simplesmente, mas por ver Adão solitário e triste, ou seja, criou-a com um único propósito: destiná-la ao homem.

Nem só sua criação é um mito de subserviência, mas também sua atitude que causou a expulsão do paraíso é também um mito que a enquadra como a megera, algo que vem das trevas para afastar o homem de seu contato com Deus. Ao comer a maçã e ao “ludibriar” o homem para que esse também comesse do fruto, Eva passa a ser a culpada do desligamento com o divino. Além de serva, ela é aquela que também não se pode confiar, que tem pensamentos divergentes, que leva o homem para longe do seu verdadeiro caminho.

Mais especificamente dentro do cristianismo, a igreja se serve de outro mito para fazer da mulher um objeto submisso e preso ao homem: é o mito da Virgem Maria, que, ajoelhando-se diante do próprio filho diz “Eu sou a serva do “Senhor”, praticamente reconhecendo sua inferioridade, segundo Beauvoir é a “suprema vitória masculina que se consoma no culto de Maria”, em sua derrota ela é elevada à santa, e vista como íntegra e com seus princípios femininos intocados.

A mulher representada na literatura, entrando num circuito, produzindo efeitos de leitura, muitas vezes acaba por se tornar um estereótipo que circula como verdade feminina. Presa de representações confunde significante e significado e busca estabelecer uma continuidade do signo com a realidade (BRANDÃO, 2006, p. 33).



Simone de Beauvoir, grande referência na crítica feminista, diz que nas sociedades mais primitivas, o homem tinha que sair à caça, visto que a mulher tinha que cuidar da prole. Sua inferioridade física em relação aos homens, que tinham que empenhar pedras e armas, pode até ter ajudado na construção da dicotomia de gênero, mas não foi um dos principais fatores, já que suas tarefas domésticas – fabricação de vasilhames, tecelagem, jardinagem e colheita – eram de fundamental importância na vida econômica dessas sociedades.

Porém, quando um povo passou a conquistar outro, a fazer escravos, a se impor em relação a outras tribos é que a mulher sucumbe. Ao menos é o que afirma Beauvoir em seus estudos:

Um trabalho intensivo é exigido para desbravar florestas, tornar os campos produtivos. O homem recorre, então, ao serviço de outros homens que reduz à escravidão. A propriedade privada aparece: senhor dos escravos e da terra, o homem torna-se também proprietário da mulher. Nisso consiste a grande derrota do sexo feminino (BEAUVOIR, 1949, pg. 74).

Sua submissão, segundo Beauvoir, se inicia, então, com o advento da posse e da propriedade privada. Ela já não é mais aquela com quem se divide igualmente o trabalho. Mas se torna também posse do conquistador, escrava do dominador. Anteriormente, o outro, o ser contra o qual o homem de sua tribo se impunha era um mero animal que serviria de alimento ou os outros homens de outras tribos quando essas se punham em batalha. A partir do momento em que o conceito de posse emerge, ela passa a ser o outro contra o qual o homem se impõe. Lá fora do lar, ele se impõe na guerra para suas conquistas, e essa imposição reflete dentro do lar, relegando a mulher ao seu papel de objeto-posse. A partir daí o homem reivindica a colheita, bem como os filhos: é o aparecimento da sociedade patriarcal e falocêntrica baseada na propriedade privada. Quando casada, liberta-se do pai, mas passa então a ser propriedade do marido, não tem voz, não faz suas leis, não impõe seus pensamentos. Torna-se um ser relegado ao “bem querer” masculino. Nada muda, um transfere para o outro os seus “direitos” de posse, sendo que o marido exige que ela venha casta e pura.

Contudo, apesar da situação de submissão feminina, há, em algumas sociedades, uma situação igualitária entre os sexos, ou, até mesmo, uma valorização do feminino. É o caso dos iroqueses, povo ameríndio que viveu na América do Norte que praticava o matriarcalismo.

As iroquesas são “mulheres de ninguém”, isto é, não são trocadas por um pai, um tio ou um marido: podem viver com quem quiserem, conservam uma grande liberdade sexual após o casamento e podem divorciar-se quando o desejarem. Nessa sociedade matrilinear e matrilocal (em que o parentesco é herdado através das mulheres e em que os genros vão morar



com a sogra numa habitação multifamiliar), a função procriadora das mulheres é particularmente valorizada: “Eles se regozijam mais com o nascimento de uma filha do que com o de um filho”. As mulheres são “proprietárias” da casa, dos móveis e das terras, ao passado que os homens possuem somente suas armas, suas roupas e suas ferramentas (GAUTIER, 2004, p. 663).

O que vemos é a situação quase que contrária da estereotipação feminina conhecida nos dias de hoje. As mulheres é que possuem as propriedades e que realizam os casamentos. O advento da sociedade patriarcal entre os iroqueses corrobora as afirmações de Simone de Beauvoir, mas às avessas, visto que a questão sexual e biológica da mulher não interferiu neste caso.

Dentro do ponto de vista biológico, a mulher é relacionada ao útero, sendo isso e nada mais. Tanto é que, quando o homem se via pai de uma menina, a “culpa” era exclusivamente da mulher, estereotipada no seu útero, e “culpada” pelo “equivoco”, como se conceber uma mulher fosse um erro. Contraditoriamente, o pensamento patriarcal afirma que o gameta masculino é mais forte que o feminino, e no contato e na fusão de ambos, o masculino é que prevalece. É essa também a doutrina do filósofo Hipócrates que reconhece duas espécies de sementes: um fraco ou feminino e outro forte, masculino. Vê-se que aí há um grande erro. A biologia prova que a fusão dos dois gametas acontece sem um prevalecer sobre o outro, a junção de ambos é que define o sexo da criança. Entretanto, o óvulo feminino possui apenas o cromossomo “X”, responsável pelo sexo feminino da criança. O sexo desta será determinado pelo espermatozóide, que pode ser o cromossomo “X”, resultando numa menina (XX), ou o cromossomo “Y”, determinando o sexo masculino (XY) do bebê.

Gametas masculinos e femininos fundem-se no ovo. Juntos, eles se suprimem em sua totalidade. É um erro pretender que o óvulo absorve vorazmente o gameta masculino e igualmente falso dizer que este se anexa vitoriosamente às reservas da célula feminina, porquanto, no ato que os confunde, a individualidade de um e de outro desaparece (BEAUVOIR, 1949, pg. 34).

Outro filósofo, São Tomás de Aquino, declara que a mulher é um ser “ocasional”, o que é uma maneira direta de afirmar – numa perspectiva masculina – o caráter acidental da sexualidade, mostrando que o homem é o dominante, e a mulher, a dominada, o ser que nasceu de um mero acidente biológico. Aristóteles, outro grande filósofo, vai além e diz que “A fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades. Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural”. Ora, que tipo de deficiência é esse que Aristóteles afirma que as mulheres têm? Do ponto de vista biológico,



à parte as diferenças genéticas que diferenciam os sexos, ambos são iguais, sem haver um prevailecimento de um sobre o outro.

Logo, esses pensamentos evidenciam-se falsos. Não é influência apenas da mulher se esta vem a dar a luz a um menino ou uma menina, porque não é ela, sozinha, a detentora do poder da formação de um novo ser, bem como o homem também não detém essa força biológica de dominação. É na fusão dos dois que se forma um novo ser, nenhum dos gametas “engole” ou afirma-se sobre o outro. É no encontro dos dois, com poderes iguais, que acontece o milagre da procriação. Sabe-se também que a mulher, se criada nas mesmas condições que o homem, tem a mesma capacidade de intelecto e de pensamento. Exatamente o que, em outras palavras, diz Beauvoir:

Espermatozoides e óvulos resultam de uma evolução de células primitivamente idênticas [...] Há, portanto, dois preconceitos muito comuns que se evidenciam falsos: o primeiro é o da passividade da fêmea; a fêmea viva não se acha encerrada em nenhum dos dois gametas: desprende-se do encontro deles (BEAUVOIR, 1949, p. 32).

A biologia prova que a mulher e homem têm condições iguais e que nenhum se sobrepõe ao outro. Fato é que ambos têm visões diferentes de mundo, e que, biologicamente falando, são diferentes, sobretudo no que se refere à questão sexual, mas este ponto é tratado por outro enfoque, o psicanalítico.

Diz-se que a mulher acaba por tornar-se inconscientemente submissa por várias razões. Uma delas é sua passividade na relação sexual. Ela espera, passiva, a entrada “triumfante” do homem, o ser ativo na relação. Logo, pode-se entender que possuir um pênis é possuir o poder dentro das relações. Se o homem impõe-se socialmente, intimamente o instrumento que o leva a permanecer com esse poder é o falo.

A LITERATURA DE AUTORIA FEMININA

Uma das precursoras e também uma das maiores e mais estudadas teóricas sobre tal corrente é a escritora Virgínia Woolf que centra sua discussão justamente neste campo, ou seja, a mulher como escritora. Segundo ela, a mulher, para produzir literatura, necessitaria de um teto todo seu, ou seja, que fosse capaz de se sustentar financeiramente e ser “dona de si”. Qualquer mulher que se lançasse à criação literária na época de Shakespeare, por exemplo, seria proibida, tirar-lhe-iam os livros, e a teriam feito noiva de qualquer negociante importante que rendesse lucro à família.

Contudo, há outro ponto, não menos importante dentro dos ensaios de Woolf sobre a escrita feminina. Ela afirma que o grande erro das escritoras femininas é lançar uma voz



ressentida em relação à figura masculina, ou seja, nota-se uma fala carregada de indícios contra o sexo masculino. Sobre isso Zolin diz:

Os poemas escritos por mulheres abastadas do século XVII [...] são visivelmente marcados pela amargura, pelo ódio e por ressentimentos em relação aos homens, seres odiados e temidos por deterem o poder de barrar-lhes, entre tantas outras coisas, a liberdade de escrever (ZOLIN in BONICCI & ZOLIN, p. 166).

E para “livrar-se” desse ressentimento, a ensaísta diz que a mulher deve pensar na literatura como uma arte, e não como um meio de expressões pessoais dirigidas a outrem. Ela atenta, também, para a necessidade de se pensar em uma mente andrógina, e não separadamente, ou seja, desconstruir a oposição homem/mulher. A partir do momento que se toma essa posição, pode-se ter uma qualidade maior na literatura escrita por mulheres.

Contudo, mesmo a arte não sendo um meio de manifestar tais expressões pessoais contra outras pessoas, a literatura, em se tratando de um texto, traz consigo, sim, ideologias e pensamentos. Contudo, por meio dela mesma se pode, fazendo arte, desconstruir tais estereótipos que há muito estão enraizados na sociedade?

E como se porta a escritora brasileira a respeito de tais questões? A mulher escritora brasileira conseguiu se livrar de certos ressentimentos e criar uma própria literatura, cujos textos discutem os problemas das mulheres ou é, no máximo, uma reprodução dos valores da dominação masculina? Ou ainda, as mulheres conseguem ultrapassar tais questões se dedicando a uma literatura própria e forte?

No que tange a essa produção literária feminina no Brasil, há notadamente três fases importantes: a fase *feminina*, a fase *feminista* e a fase *fêmea*. Na primeira, percebe-se, em geral, uma reprodução dos moldes masculinos de escrita. Nesta fase, as mulheres ainda enfrentam muito fortemente os problemas da dominação masculina.

Poucas escritoras conseguem publicar seus livros, e quando conseguem, reproduzem as mesmas condições de submissão ao masculino. As personagens são, em suma, mulheres, donas de casa, mães, ou sonhadoras com um casamento no qual elas se realizam completamente. Resumidamente, esta fase se dá como uma imitação das estruturas da época, reduplicando a ideologia dominante atrás da imitação de seus moldes.

O romance *Úrsula* de Maria Firmino dos Reis é o primeiro romance conhecido publicado por uma mulher no Brasil. Tanto ele quando outros publicados após como *A Intrusa* de Júlia Lopes de Almeida e *a Sucessora* de Carolina Nabuco seguem essa tendência.

A segunda fase, chamada de *feminista*, apresenta uma escrita de protesto contra os valores vigentes. Em suma, elas defendem os direitos e os valores das mulheres. Desse



período destacam-se Clarice Lispector, Lya Luft, Marina Colasanti, Lygia Fagundes Telles entre outras. Tais escritoras discutem as estruturas dominantes e os sofrimentos das mulheres que vivem sob tais prerrogativas.

Já na terceira fase, segundo Elaine Showalter, chamada de fase *fêmea*, as discussões transcendem, indo além do universo feminino, discutindo outros problemas sociais, existenciais, etc. Lya Luft também faz parte desse último grupo segundo os estudos de Showalter, bem como as escritoras Néida Piñon, Adélia Prado, Patrícia Melo.

LYA LUFT E O SILÊNCIO DOS AMANTES

O livro *O Silêncio dos Amantes* de Lya Luft foi lançado em 2008. Inicialmente, segundo a própria autora, o livro seria um romance, mas depois entendeu que os contos poderiam ser lidos separadamente. A narrativa Luftiana tem como características gerais o percurso existencial das mulheres, as perdas – de comunicabilidade, sobretudo – nos vínculos familiares.

A respeito da obra de Luft, Costa diz:

Acrescente-se ainda que Lya Luft, ao problematizar a condição feminina, realiza também uma ruptura em relação à tradição literária masculina, fazendo com que sua narrativa busque na estrutura familiar as raízes do passado – a começar por matrizes como a bisavó, a avó, a mãe – para aí assinalar o cotidiano feminino (COSTA, 1996, p. 16).

Segundo a mesma teórica, Luft é uma das escritoras que marcam a ruptura com o modelo clássico de representação da mulher sob a ótica das prerrogativas de uma sociedade patriarcal e falocêntrica. Sua obra mostra os conflitos femininos e os problemas das mulheres subjugadas como a obra de uma outra grande escritora referência no tema: Clarice Lispector.

Clarice, o primeiro marco, a primeira ruptura, a primeira travessia das regiões do masculino; Lya Luft, um marco novo, uma ruptura desmistificadora da ideologia patriarcal, uma travessia dos territórios do masculino, onde as instituições sociais aparecem como a fonte de todos os conflitos da mulher (COSTA, 1996, p. 17).

O conto escolhido para análise foi *O Que a Gente Não Disse*, história na qual um homem aparentemente normal se suicida deixando um vazio na vida da protagonista, sua esposa. A narrativa acontece em primeira pessoa, sendo a partir das emoções e lembranças da viúva é que sabemos da história. A protagonista tenta reconstruir, por meio de suas



lembranças, alguns momentos nos quais seu marido poderia ter dado mostras de infelicidade que o possa ter levado ao suicídio.

Despediu-se de mim, foi ao laboratório onde trabalhava, pegou a poção que tinha preparado, a seringa, a agulha, e foi de carro até a árvore que amara tanto, logo fora da cidade (LUFT, 2008, p. 40).

O conto traz reflexões que vão além da situação feminina. O problema da incomunicabilidade entre as pessoas bem como os problemas da existência humana. A protagonista acredita que é sua culpa a morte do marido em razão da falta de comunicação entre eles:

Sem que eu soubesse, as coisas não ditas haviam crescido como cogumelos venenosos nas paredes do silêncio, enquanto ele ficava acordado na cama, fitando o teto com o branco dos olhos reluzindo na penumbra. Se eu interrogava, o que você tem, amor? Ele respondia que não era nada, estava pensando no trabalho. A gente sabia que era mentira, ele sabia que eu sabia, mas nem um de nós rompeu aquele acordo sem palavras. Nunca imaginei no mal que o roia (LUFT, 2008, p. 42).

A protagonista acredita que a sua falta de percepção foi decisiva para a morte do marido. Os pequenos problemas enfrentados pelo casal foram vistos por ela como problemas e incomunicabilidades cotidianas, fatos comuns que podem acontecer com qualquer casal.

Palavras podiam ter salvado a sua vida? Teriam poupado a minha dor, recomposto os nossos laços deteriorados e a gente fingia que não? Mas porque a gente se conhecia tanto, nem procuramos por elas. Palavras usam máscara de tragédia ou nariz de palhaço, abrem campos queimados até a raiz da última plantinha, como os que se estendem entre nós. Eu achava que estava tudo bem, a vida era assim, casamentos eram assim, com sua dose de silêncio e desencanto (LUFT, 2008, p. 42).

No momento final ela percebeu, no último olhar que ele lhe lançou, saindo de casa para ir ao trabalho. Ficaram parados, ele no portão, ela na porta, ele a olhando por alguns segundos a mais, como se não voltasse a vê-la. Ela notou algo diferente nele, pensou em perguntar, mas desistiu

Quase voltei, quase perguntei o que havia. Mas desisti e fui em frente, com a leveza dos que ignoram. Em vez de indagar, varri minha breve inquietação para debaixo do tapete, como a gente costuma fazer (LUFT, 2008, p. 40).



A culpa por não ter tomado uma atitude e ter se perdido na cotidianidade da vida lhe corrói.

E se eu tivesse perguntado?
E se ele tivesse me dito?
Se eu tivesse merecido saber?
Isso me atormentou por longo tempo. Eu me sentia muito culpada. Hoje, acredito que não saber é o que torna a vida possível (LUFT, 2008, p. 40).

O conto também faz reflexões filosóficas. O marido suicida tinha sonhos, era sugado por um funil, e lá no fundo a morte o esperava. A protagonista, a partir daí, reflete sobre a vida e a morte.

Morrer devia ser como parir a si mesmo. Eu em cada parto me senti um bicho acuado, mas pensava: vai chegar ao mundo através de mim uma nova pessoa, que coisa maravilhosa. E isso me dava força. Na morte, o que estará nascendo? (LUFT, 2008, p. 43).

Contudo, o sofrimento e a culpa vêm reforçar a condição de mulher modelo de submissão tão enraizado na história da literatura. O amor pelo marido é verdadeiro, mas sem a presença dele, a protagonista perde sua identidade. Era nele que ela era focada, na família, fazendo as coisas para ele e para os filhos. Essas reflexões existenciais são fortalecidas pela sua submissão. Essa mulher não é independente, mas reproduz o paradigma de mantenedora do lar, cozinheira e boa mulher que não trabalha fora e faz todos os serviços domésticos esperando por um sorriso do marido na volta do trabalho.

Eu não estava preparada. Nem quando parava para pensar na vida tinha imaginado aquilo. E não era muito de pensar na vida. Apenas cumpri minhas tarefas, e sei que fui uma boa mulher para meu marido (LUFT, 2008, p. 39).

Seu ideal de vida é ser a mulher do lar, ter filhos e criá-los, ser uma boa esposa que cozinha, limpa a casa e ajuda seu marido, características daquele estereótipo feminino enraizado na literatura e mantido durante séculos pela sociedade como diz Bourdieu.

Antes nunca pensei nisso. A gente não comentava nada que nos perturbasse. Eu era uma pessoa muito prática, para mim importava o presente. Vivía ocupada sendo feliz, tentando fazê-lo feliz, organizando família, parindo filhos, levando as crianças para a escola, indo às reuniões de pais. Estava distraída sendo fútil, sendo alegre, sendo realizada com meu marido amado e meus filhos saudáveis, gastando pouco em roupas minhas, botando termômetro quando um deles estava com febre, fazendo bolo nas tardes de sábado. (LUFT, 2008, p. 43).



E no fim de tudo, mesmo sendo essa boa mulher que ela acreditava que era, não teve valor para o marido, o que ele tinha por dentro o corroeu tanto que ele preferiu a morte, e não compartilhou, em nada, com sua esposa, as coisas que lhe atormentavam.

Apesar de todos os pratos que lavei, das camisas que passei, da casa que limpei, dos lençóis que dobrei, das flores que botei na sala, do muito que economizei, dos filhos que pari, cuidei e encaminhei, do carinho bom que partilhei – não tive grande valor para ele. (LUFT, 2008, p. 44).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste conto de Lya Luft, pode-se ver que ele reflete sobre questões que ultrapassam as questões referentes aos problemas da situação feminina e sua submissão em uma sociedade baseada nas prerrogativas patriarcais e falocêntricas. A escritora discute questões existenciais, como a questão vida x morte, a culpa que a personagem principal carrega por não ter conseguido salvar o marido do suicídio, bem como a incomunicabilidade existe entre o casal, o que, possivelmente, segundo a protagonista, agravou os problemas existenciais vividos pelo marido, levando-o ao suicídio.

Entretanto, a personagem principal não representa uma mulher livre das amarras dessa sociedade patriarcal. A protagonista vive uma vida em função da família, dos filhos e do marido. Tal estereótipo feminino é exatamente aquele modelo enraizado na sociedade, modelo subjugado pela dominação masculina discutida por Pierre Bourdieu. O mesmo modelo fixado na literatura e discutido por Ruth Brandão.

Lya Luft, ao mostrar tal situação, discute a situação feminina na literatura e na sociedade. Acreditamos que a discussão de tais problemas é de grande valia para a tentativa de desenraizar tais preconceitos que há séculos está presente na sociedade. Ao passo que, ao discutir questões existenciais, ela rompe com esse modelo, atingindo, com ambas as temáticas, uma literatura de auto-nível, que discute problemas sociais e existenciais do seres-humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. São Paulo, Editora Nova Fronteira: 1949.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRANDÃO, Ruth Silviano. **Mulher ao Pé da Letra – A Personagem Feminina na Literatura**. Belo Horizonte, UFMG, 2006.



COSTA, Maria Osana Medeiros. **A Mulher, o Lúdico e o Grotesco em Lya Luft**. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

GAUTIER, Arlette. Mulheres e Colonialismo. In: FERRO, M. **O Livro Negro do Colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

LUFT, Lya. **O Silêncio dos Amantes**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

ZOLIN, Lucia Osana. Crítica Feminista. In: BONICCI, Thomas & ZOLIN, Lucia Osana. **Teoria Literária: Abordagens Histórias e Tendências Contemporâneas**. Maringá: EDUEM, 2004.